

Apresentação

O vol. 19, número 32, da Revista Educação Teoria e Prática apresenta o Dossiê **Gestão Educacional: Interfaces entre o Público e o Privado para a Oferta Educacional**, cuja origem se deve ao seminário de mesmo nome organizado pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional (GREPPE) em fevereiro deste ano.

Os textos aqui apresentados ilustram as reflexões de pesquisadores e atores sociais sobre formas pelas quais o setor privado, em suas distintas manifestações, e o setor público vem interagindo na produção de estratégias e políticas relativas à educação básica. Em seu conjunto apresentam-se como esforços de reflexão sobre iniciativas concretamente percebidas, especialmente verificadas a partir dos ajustes sofridos na gestão pública quando da generalização, na década de 1990, dos postulados da lógica gerencial. Período no qual também se acentua no Brasil a expansão do acesso à educação fundamental por meio da descentralização para os governos locais da responsabilidade sobre esta expansão.

Neste cenário as estratégias de privatização da educação são alisadas em território Europeu, mais especificamente no Reino Unido, local em que a reforma liberal-conservadora no papel do Estado gerou profundas alterações em sua dinâmica e suscitou o fortalecimento do que entre nós foi denominado de Terceira Via.

Este é tema em evidência no artigo **Terceira Via, Terceiro Setor e a parceria IAS/sistemas de ensino público no Brasil** de autoria de Peroni et al. Nele as autoras apresentam os marcos teóricos e as conseqüências políticas e para a política educacional brasileira das estratégias de compartilhamento de responsabilidades pela oferta e gestão das políticas sociais e, mais especificamente, das educacionais, que têm redundado na ampliação de instituições do chamado Terceiro Setor na gestão da educação básica.

A esse respeito o texto de Inês Kisil Miskalo, **Soluções Educacionais para o Desenvolvimento Humano**, ao apresentar e analisar as ações desenvolvidas pelo Instituto Ayrton Senna, instituição integrante do Terceiro setor e com grande presença no cenário educacional brasileiro, dialoga com as reflexões sobre as parcerias entre o público e o privado tendo em vista a percepção que este último tem dos problemas da educação pública e de seu papel como componente da sociedade civil diante dos mesmos.

No trabalho de Oliveira e Fernandes, **Redefinição do Papel do Estado no Brasil: implicações do modelo gerencial para as políticas de gestão da educação básica**, “a transferência para a sociedade civil, particularmente ao terceiro setor, do provimento de serviços sociais e científicos indica a diminuição de responsabilidades estatais e a introdução na gestão pública de princípios da administração gerencial, como o foco nos resultados e a ênfase na eficiência.”

Refletindo sobre outro campo do setor privado, temos os trabalhos de Silvana Aparecida de Souza e Liliene Xavier Luz, intitulados respectivamente, **Formas Renovadas de Privatização da Educação no Brasil: o trabalho voluntário e a responsabilidade social da empresa (RSE) e Ação Empresarial e Educação Pública no Brasil**, nos quais é o segmento empresarial o objeto de investigação quando de sua relação com a educação básica pública. Para Souza o estimula a ações de responsabilidade social empresarial configurasse, mesmo que indiretamente numa forma de privatização “já que o poder público não abandona formalmente a responsabilidade para com o financiamento e a manutenção do sistema público de educação, mas há um compartilhamento dessas responsabilidades com os cidadãos, na condição de voluntários (...)”.

Luz concentra-se na tendência de aprofundamento do associativismo empresarial como mecanismo de influência deste segmento nas políticas educacionais. Para a autora nesse “universo, as relações entre o público e o privado na educação se tornaram mais complexas, pautada em uma racionalidade política em que o Estado pluraliza os meios de governar a educação sem deixar de agir como ator central.”

Vicente Rodriguez, a partir da análise das condições observadas na região metropolitana de Campinas, enfatiza, no artigo **Descentralização e Políticas Públicas: o público e o privado na educação**, a relevância do processo de descentralização da educação para a consolidação de novas “configurações institucionais assumidas nas relações entre o setor público e o setor privado na oferta de serviços educacionais”.

Também é a política municipal concreta o objeto de reflexão do texto de Silva e Pinheiro, **Sistema de Gestão Integrado: a implantação de uma parceria no município de São José dos Campos**, no qual as autoras buscam “descrever e analisar a implantação da parceria que se firmou entre a Secretaria Municipal de Educação de São Jose dos Campos e o Instituto Embraer de Educação e Pesquisa, sob a consultoria da Fundação Pitágoras com o objetivo de instalar um modelo de gestão empresarial naquela rede de ensino municipal”.

Esperamos uma vez mais, com a colaboração dos autores aqui apresentados, termos contribuído para a ampliação e o aprofundamento do debate sobre a relação entre a esfera pública e o setor privado para a oferta e a gestão da educação básica.

Theresa Adrião